

## REFLEXÕES SOBRE A REFORMA AGRÁRIA EM SÃO PAULO

Manoel Baltasar Baptista da Costa<sup>1</sup>

A presente reflexão é fruto de envolvimento por 2 anos em Projeto de Extensão financiado pelo CNPq, cujas ações foram orientadas para assentamentos (Araraquara e Pradópolis) e ocupações (Descalvado e São Carlos) em processo de desmembramento. A iniciativa foi conduzida através de parceria institucional, por estudantes de graduação e pós-graduação da UFSCar, ESALQ e UNESP Rio Claro, orientados e apoiados por técnicos, docentes e pesquisadores do IAC, UFSCar, ITESP, Embrapa/CNPDIA, UNIARA, P.M. de Araraquara, IEA e CATI.

Parte-se da premissa que a reforma agrária é uma das políticas mais relevantes, barata e factível de ser implementada na perspectiva da inclusão social, da melhoria da qualidade de vida de excluídos e pobres. Contribui para uma maior equidade na distribuição da renda e dos meios de produção, incrementa a produção de alimentos básicos para auto-consumo e mercado interno, gera ocupação e renda, incorpora ao processo econômico cidadãos até então marginalizados ou sub empregados.

A reforma agrária em São Paulo praticamente iniciou-se em 82, com o Governo Montoro, pois experiências anteriores foram pontuais e experimentais. Implementou-se à época política que adotou o módulo rural mínimo na constituição dos lotes familiares, forneceu os meios demandados para a instalação das famílias e implementação da produção: moradia, armazéns, infra-estrutura viária, energia elétrica, insumos, sementes, tratores, equipamentos, dentre outros.

No processo optou-se pela adoção do padrão tecnológico da revolução verde, intensivo em capital e energia, com elevado impacto sócio-ambiental por degradar os recursos naturais e poluir o ambiente com agroquímicos, muitos deles tóxicos ao ser humano (agrotóxicos). Comprovou-se tratar de modelo inadequado à agricultura familiar, e aos agroecossistemas das regiões tropicais e sub tropicais.

Decorridos 20 anos de tal política identifica-se nos assentamentos sucessos e também muitos insucessos, o que sugere se refletir sobre a orientação, metodologias e procedimentos até aqui adotados na condução do processo.

Na conjuntura atual a viabilização da agricultura familiar esbarra na renda insuficiente da atividade, passível de ser alcançada via eficiência produtiva e econômica. Tal dimensão aconselha se ampliar o foco da ação da assistência técnica, hoje restrita aos limites de propriedade, para a cadeia alimentar, abrangendo as relações à montante e à jusante da produção.

Avalia-se necessária a adoção dos paradigmas da agroecologia na orientação da produção na busca de modos de produção sustentáveis, o que perpassa a gestão do manejo e da conservação dos recursos naturais segundo as microbacias hidrográficas, o processamento e a comercialização direta da produção, a organização sócio produtiva do segmento, a otimização da produção e reciclagem eficiente da biomassa, dentre outras orientações.

Identifica-se também a necessidade de adoção de processos e metodologias participativos na formulação e execução das ações no âmbito dos assentamentos, pautadas na busca do desenvolvimento rural sustentável.

---

<sup>1</sup> Professor adjunto 1 do Departamento de Agroindústria e Sócio Economia Rural – DETAISER, do Centro de Ciências Agrárias – CCA da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar